

A sirene que não toca: memórias sobre ruínas e desocupação de uma cidade mineradora

Andréa Casa Nova Maia*
Regina Helena Alves da Silva**

[...] *es ist niemals ein Dokument der Kultur, ohne zugleich ein solches der Barbarei zu sein.*
(Walter Benjamin).

* Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1996), mestrado em História pela UFMG (1999) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2002). Pós-doutorado em História pela UFMG. Atualmente é Coordenadora da Área de História do Brasil do Instituto de História (IH-UFRJ) e professora de História do Brasil Republicano e História da Arte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi vice-presidente da Associação Internacional de História Oral (IOHA) entre 2014 e 2016. Pesquisadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) como Jovem Cientista do Nosso Estado (2014-2016). É autora de *Historia oral do movimento docente da UFMG* (APUBH, 1998); *Encontros e despedidas: história de ferrovias e ferroviários de Minas Gerais* (Argumentvm, 2009); *Waldir dos Santos, o sambista operário. História de uma mina de ouro no tempo de Vargas* (Gramma, 2019); *Ética e imagem (C/Arte, 2010)* e organizadora de *Outras histórias: ensaios em História Social* (Ponteio, 2012); *O mundo do trabalho nas páginas das revistas ilustradas* (7Letras, 2016); coautora de *Nos trilhos do tempo, memória ferroviária de Pedro Leopoldo* (Mazza, 2003); *Lições do Tempo: temas em história e historiografia do Brasil republicano* (7Letras, 2016); *Russos em revista* (Gramma, 2018), entre outros livros e artigos. E-mail: andreacn.bh@gmail.com.

** Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (1980), graduação em História pela UFMG (1982), mestrado em Ciência Política pela UFMG (1991) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) (1997). Pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2009) e pós-doutora em Cidades e Culturas Urbanas pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC). Professora da UFMG, atuando nos programas de pós-graduação em História e em Comunicação Social. Coordenadora do Centro de Convergência de Novas Mídias (CCNM-UFMG), foi colaboradora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para a Web (INWEB). Atualmente é vice-coordenadora do INCT de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial E-mail: regina.helena@gmail.com.

Eu tinha casa...
agora não tenho mais.
(Nívea Maria , nome fictício).¹

Introdução

Em artigo anterior,² debatemos os ativismos contemporâneos e o direito à cidade, analisando a experiência da ocupação do *Cais Estelita* (Recife) e do associativismo do *Renovar a Mouraria* (Lisboa). Naquele estudo, preocupamo-nos em compreender como a cidade ainda poderia se constituir numa comunidade onde os homens e mulheres viveriam juntos e bem, conforme a Antiguidade Clássica. Esta definia a vida humana em comunidade, propondo imediatamente que a vida humana só seria possível em sociedade, na *polis*. Também ampliamos o escopo do debate sobre a memória e a história oral ao refletir sobre como as novas redes sociais e o *YouTube*, na *internet*, se configuram num novo arquivo para os movimentos sociais contemporâneos. Analisamos as memórias produzidas pelos próprios ativistas e como suas ações estavam gravadas e eram disseminadas pelo *WWW* (*world wide web*) em documentos de hipermídia.

Ou seja, naquele momento, partimos da ideia de que, para o homem, a vida só é a vida política. Além disso, discutimos como resistir e pensar a vida na *polis* enquanto direito face às tentativas de gentrificação, especulações imobiliárias e transformações da paisagem urbana em espetáculo para o consumo de classes privilegiadas, que impunham uma batalha diária entre favorecidos e desfavorecidos. Falamos de como os moradores das comunidades em questão realizavam ações que garantiam a manutenção de suas vidas naqueles lugares e apontamos como os ativismos acabaram por constituir um grande arquivo de memória dos movimentos nas redes sociais, no *Facebook* e no *YouTube*. O mundo virtual passou a ser um grande depositário das histórias de resistência e luta pelo direito à cidade. E a vida em comunidade ganhava cores e enchia as ruas de esperança cidadã.

Neste trabalho, ainda pensamos sobre a vida nas cidades, mas a partir da

1 Neste trabalho, as fontes orais foram pinçadas de depoimentos dados para três projetos de memória disponibilizados no Youtube: “Vozes de Mariana”, “Memórias de Mariana” e “Um minuto de Sirene”. As pessoas optaram pelo anonimato e, na maioria dos casos, não obtivemos informações complementares como entrevistadores e datas. Os nomes utilizados aqui são fictícios.

2 MAIA, Andréa Casa Nova; SILVA, Regina Helena Alves da. Memória pública e ativismo: histórias de luta do Ocupa Estelita (Recife, Brasil). *Renovar a Mouraria* (Lisboa, Portugal). *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 81-103, jul./dez. 2017.

desocupação de outros lugares, antes plenos de vivências, e que agora sobrevivem das vozes dos cidadãos que tiveram que reinventar sua forma de viver. Eles mantêm a história da comunidade viva através de ações de memória, utilizando-se as redes virtuais, o *YouTube* fundamentalmente, como depositários da história de um passado nem tão distante assim...

E a lama tóxica passa destruindo tudo...

A avalanche de lama que desabou da mineradora Samarco, no dia 5 de novembro de 2015, matou 19 pessoas e afetou a vida de pelo menos 450 mil moradores de 30 cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ela deixou um rastro de 47 mil hectares destruídos e dezenas de rios afluentes poluídos. Até hoje, os atingidos não foram indenizados, e os que perderam tudo continuam a habitar lugares provisórios. A empresa, em negociações com o governo do Estado de Minas Gerais e os ministérios públicos, criou a fundação Renova, que subcontrata empresas que mapeiam as perdas e fazem os cadastros dos atingidos avaliando perdas materiais e imateriais. Nenhuma das ações na justiça resultaram em atenuantes para a situação dos que tiveram perdas por causa do desastre.

O rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração não é um desastre natural, não é um evento que nos invade pelas telas informativas como um furacão, um terremoto, ou um tsunami. O rompimento de uma barragem de rejeitos sempre é antecedido por denúncias, pedidos de fiscalização, manifestações, reivindicações de comunidades que convivem com o medo, causado geralmente pela omissão dos responsáveis pela segurança habitacional do território.

Os territórios em comum com áreas de mineração são conformados por relações assimétricas entre os sujeitos que, por seus laços e vínculos, têm o direito de ali morar, trabalhar e conviver comunitariamente e as empresas que ali instituem um espaço de extração. Territórios de mineração são territórios de risco, palco de disputas institucionais entre os interesses corporativos que controlam o lugar, a imobilidade da gestão pública e as comunidades que nele habitam.

O desastre das proporções do rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais tem uma dimensão social sem precedentes, afetando milhares de pessoas ao longo do rio Doce, com danos materiais e imateriais e prejuízos econômicos. A destruição em larga escala produz um cenário de catástrofe que afeta violentamente os espaços definidos pela lama.

A partir da experiência do trauma de um desastre, da destruição da cidade, como se dá a construção social do espaço e do tempo pela população de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo? O que é experienciar a desocupação de seu lugar de moradia, trabalho? O que é ser um desterritorializado em seu próprio território?

Imagens do pensamento da cidade destruída ou as vozes das cidades mineradoras no arquivo audiovisual virtual

Para Huffschmid (2012), falar de topografia significa olhar para o espaço a partir de seus modos de representação; o espaço deve ser pensado dentro de uma relação. Para a autora, interessam os processos de memória relacionados a passados recentes e violentos em sua articulação espacial. É através da topografia que nos aproximamos da materialidade da memória no traçado urbano de seus lugares, de suas marcas e de seus vazios, mas, também, é a partir deles que nos aproximamos dos mapas de sentidos, de como estes se constroem e se conectam, da experiência e da percepção. Neste ensaio, vamos buscar a articulação da memória do trauma e do espaço da cidade perdida para a lama em três “reservatórios de lembranças” criados após o rompimento da barragem do Fundão, abaixo descritos.

O jornal *Estado de Minas* desenvolveu o projeto chamado *Vozes de Mariana* que traz, em vídeos no *YouTube*, relatos de diversos personagens afetados pela tragédia. Nos vídeos, os sujeitos contam, a partir de uma entrevista curta, alguns de seus momentos angustiantes durante o rompimento, o pós-rompimento com o seguimento de suas vidas e as memórias que tinham de Bento Rodrigues, Paracatu, e outras regiões que permanecerão afetadas.

O canal *Update or Die* nos apresenta também um especial *Memórias de Mariana*, trazendo entrevistas com diversos ex-moradores e personagens ativos no desastre, em que falam sobre o trauma, as esperanças e o esquecimento. Esse especial é dividido em três episódios, o *EP01 – Bento Rodrigues*, *EP02 – PARACATU DE BAIXO*, nos quais são entrevistadas pessoas afetadas originárias desses respectivos lugares, e o *EP03 – HOTEL PROVIDÊNCIA*, no qual são entrevistadas pessoas que trabalham no hotel que mais recebeu vítimas do crime ambiental.

*Um Minuto de Sirene*¹ é um grupo que foi formado em Mariana por diversas pessoas, como pesquisadores, ativistas, jornalistas, líderes comunitários, para preservar a memória dos atingidos e manter o debate sobre o crime ambiental. No canal do grupo no *YouTube*, pode-se encontrar diversos vídeos, desde os que refletem sobre a situação atual dos ex-moradores de Bento Rodrigues, até os que nos mostram cenas angustiantes do momento do rompimento da barragem. Esse canal apresenta um caráter mais social, discutindo com os personagens afetados melhores ações para tentar resolver os impasses diante do poder público. Na busca por escrutinar a pergunta inicial feita na introdução, e que passa a ser o argumento central do artigo, escolhemos relatos fragmentados disponíveis em arquivos da *internet*, cujo formato narrativo, de um produto cultural coletivo, permite acessarmos diversas versões do traumático passado recente. No caso do desastre da Samarco, as lembranças representam não só o pertencimento a um lugar, mas, também, problematizam a experiência de um grupo que se *desterritorializa* em sua

própria terra. Os cidadãos de Bento Rodrigues são como refugiados: perderam tudo. Só possuem as memórias de como era a vila anteriormente e de como foi a destruição.

O passado se converte em um elemento de arquivo; os habitantes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo escolheram conformar novas formas de habitar o território a partir de ações de memória do que foi destruído. Suas propostas para o local onde será construída uma nova cidade não procuram solucionar problemas da cidade anterior. Não fizeram propostas para melhoria do que não estavam satisfeitos na Bento soterrada; a única coisa que reivindicam é a manutenção das vizinhanças, ou seja, querem um desenho de cidade que mantenha as relações que estabeleceram ao longo da história da cidade.

A forma de luta principal dos moradores das cidades atingidas são *ações de memória*, como: textos, vídeos, jornal, perfis e *sites* na *internet*. São formas de *fala* – expressão, comunicação – aos que não sofreram o trauma, assim como forma de habilitar uma esfera pública, em que podem incorporar suas narrativas silenciadas pela ação da empresa Samarco. Esta não reconhece a maioria deles como “atingida” pelo desastre. Escolhemos canais do *YouTube* que disponibilizam vídeos e projetos videográficos de habitantes de Bento Rodrigues e Paracatu como forma de constituir uma versão da história que trouxesse a fala de todos os ex-moradores.

Então, tomaremos a memória disponibilizada na *internet* como um desafio metodológico para o trabalho do historiador. Para alguns historiadores, o processo de recuperação de memórias não oficiais *online* nos aproxima das dinâmicas de pesquisa da história oral. No sentido de tomarmos, como referência, fontes alternativas às oficiais, neste caso, buscar arquivos conformados digitalmente pela ação pública dos afetados pelos acontecimentos. Os vídeos contêm depoimentos, histórias de vida a partir do recorte temático da catástrofe. Também, como na História Oral, há uma mediação feita por projetos que possuem o objetivo específico de documentar as próprias histórias. Além disso, destaca-se todo o momento da entrevista, do encontro do sujeito com o outro através de questões propostas por um roteiro prévio. Todas as questões que envolvem a metodologia da História Oral acabam por aparecer também no arquivo digital dos canais produzidos pelas populações atingidas.

Conforme discutido em artigo publicado anteriormente (Maia; Silva, História Oral, v. 20, n. 2, p. 81-103, jul./dez. 2019)

[...] em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de práticas transformadoras. (Castells, 2013).

Desse modo, o *Youtube* e seus vídeos são o que Debord (1997) chama de relação social entre pessoas mediada por imagens. Relações que conformam comunidades digitais em que usuários produzem memórias, desse modo, muitos cidadãos organizados ou não em movimentos sociais têm tratado os canais do *YouTube* como um espaço-arquivo de documentação. Os canais, para além de repositórios, constroem histórias e, como no caso dos habitantes de Mariana, filmam e registram a paisagem, os acontecimentos e as ações que realizam ontem e hoje. Na *internet*, junto com o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*, o *YouTube* começa a posicionar-se como grande receptor de material audiovisual gerado por milhões de usuários, motivo pelo qual ele constrói, a cada minuto, um arquivo de características monumentais comparado, em volume, à Antiga Biblioteca de Alexandria, mas com uma diferença substancial: a participação colaborativa. E, exceto em caso de denúncias e de materiais pornográficos, não sofre censura de temas (De Cicco, 2008).

Nesse sentido, podemos considerar tais registros audiovisuais como documentos históricos, que criam memória e constroem história tanto quanto as entrevistas tradicionais de história oral por meio de gravador. De mesmo modo, temos que problematizar a subjetividade de quem produz esses registros, quais os objetivos dos *roteiristas*, no caso dos filmes utilizados para esta análise. De Cicco (2008) indica o *YouTube*, no formato que se consolidou atualmente, como sendo “o arquivo audiovisual da memória coletiva”.

O processo de recuperação de memórias não oficiais disponibilizadas na *internet* nos aproxima das dinâmicas de pesquisa da História Oral, no sentido de que tomamos como referência fontes alternativas às oficiais. E, nesse caso, buscamos arquivos conformados digitalmente pela ação pública dos afetados pelos acontecimentos. A história oral gravada e publicada na rede também é um espaço novo de ancoragem para os navios da História.

E a sirene não tocou: sobre o trauma, suas elaborações e a memória como ato político

Passado um tempo do desastre, as pessoas evocavam o que entendiam ser o perigo de viver perto de uma barragem de rejeitos. Elas entendiam que o rompimento seria a água, como uma enchente que lavaria a cidade, mas poderiam voltar ao lugar.

Difícil, né? Não, no dia ninguém imaginou que seria a situação que a gente tá vendo aqui hoje, por que todo mundo pensava que seria uma água, né? A água passaria, iria embora, não fazia esse estrago, todo mun-

do pensou que depois voltaria e se recuperava alguma coisa, mas a gente nunca, pelo menos eu nunca tinha visto uma barragem, eu não sabia que era desse jeito. Agora é ter fé em Deus e continuar a vida do zero. (Viviane Oliveira, nome fictício).

A compreensão do que é um rompimento de barragem trouxe a compreensão impactante de que não haveria mais como voltar para casa, de que não existia mais a cidade ou parte dela. Construiu-se memórias a partir do que não se sabe, do não entendido, do que não constitui a história das povoações do entorno da mineração. No povoado, não se tinha conhecimento do que significava o desastre, embora ele sempre fosse uma possibilidade iminente.

É importante ressaltar que esse desconhecimento do que é uma barragem indica a falta de informações – as quais a empresa, por sua vez, é obrigada a divulgar para os moradores –, a falta da noção do risco e o desconhecimento do território que habitam. O *enclave do perigo* era apenas entendido como “a área da empresa” e mostra como era a relação com as comunidades e as mineradoras; um território constituído pela memória do que se acredita ser a ocupação do espaço pela empresa.

Esse desconhecimento, por parte dos moradores, do que compõe o território que habitam dá forma a um testemunho para marcar um tempo que aparentemente não pode existir. Um desastre que rompe com a vida lenta do tempo presente da região, fortemente atada à longa duração das atividades mineradoras em Minas Gerais; Isto nos mostra que as tecnologias da comunicação não produzem conhecimento sobre o perigo.

O rompimento da barragem de Fundão nos mostrou que o direito à informação é o primeiro a ser intensamente violado em áreas de mineração. As empresas não tinham cumprido, em nenhum momento, com os protocolos de segurança necessários para a instalação de minas e barragens, que são os de informar sobre os lugares próprios para a mineração, quais os riscos envolvidos e como se preservar deles. No próximo depoimento, a falta de informação sobre o que é uma barragem soma-se à falta de informações sobre como lidar com um espaço de vivência da comunidade no momento em que ele se torna uma rota de fuga.

Não existiam treinamentos de segurança em Bento Rodrigues. A Comunidade fugiu da lama correndo pelos caminhos que conheciam pelo uso cotidiano do espaço. Foram os habitantes do lugar que escolheram suas rotas para fugir da lama, mas as rotas do dia a dia não são necessariamente aquelas que poderiam salvá-los da catástrofe. À perda do lugar se soma a perda de familiares, o trauma de não ter conseguido entender o tamanho do perigo. As imagens construídas pelas narrativas são falas pesadas que remetem ao trauma:

A última coisa que eu tive da minha filha foi um beijo, um abraço assim

e mais nada... Minha casa era próxima do rio. Morava eu, meu marido e meus dois filhos. Emanuele tinha 5 e o Nicolas, 3. Eu sei que eu tava lá na cama e eles começaram a brincar lá, pular em cima de mim, aí falei assim pros dois, olha: “deixa mamãe contar pra vocês um negócio, agora cês não pode ficar assim, pulando em cima da mamãe que aqui tem um neném, tem um irmãozinho pro cês tá”, aí ela falava assim: “ai mãe, tem um irmãozinho” aí ela queria explicação, “vai ser igual nós?”, tipo assim, “ele vai nascer agora ou depois?” ficava perguntando. Porque eu acho assim, no meu momento de revolta, eu falei: “eu não quero uma menina, porque não vai ocupar o lugar dela, eu não quero uma menina, não quero” e briguei, chorei, sabe. Fui fazer o ultrassom aí o doutor já falou comigo né: “é um menino”, aí ele me mostrou tudo lá, eu não vi nada não, mas eles ve... É um menino, aí eu: “ah, ta bom”.

Um tempinho atrás a Emanuele já tava assim mais assim, menos conversa, a gente viu que ela tava diferente, parece assim que ela até já sabia, sabe, ela ficou agarrada em mim. Aí passou segunda, ela foi pra escola, normal até, na quarta também. Almoçamos todo mundo junto, eu, a Emanuele, o Nicolas, daí eu falei assim: “eu não vou na escola”, veio assim na minha cabeça. Aí, assim, em cima da hora eu resolvi, veio aquilo em mim, “não, eu vou pra escola”, aí de repente chega a diretora e as outras pessoas, funcionários da escola na nossa sala e fala: “gente, corre que a barragem rompeu”, falou assim. Todo mundo naquele desespero, todo mundo saiu, aí começou, um chora do lado, um chora do outro. E assim, meu impulso era ir lá nos meus filhos e no meu esposo, porque eu sabia que minha mãe tava lá no alto e de algum jeito ela ia... né. Ninguém deixava, a direção não deixou passar, ninguém deixava passar porque a água já vinha né. Acharam o pai dele lá, na lama um pouquinho na frente, o Nicolas depois, além de um carro lá segurando no vidro pouco pra frente também e a Emanuele não, porque ela tomou rumo diferente. O Nicolas mais o pai veio pro lado de cá, onde tinha mais pessoas na estrada, e a Emanuele mais o Thiago, amigo dela, desceu direto, foi o rumo do rio pra baixo, só descer. Fiquei assim, aí depois, quando deu na terça-feira de tarde, falaram que tinha achado a criança, uma criança lá que não sabia quem que era. Aí eu fiquei assim, já me deu uma dor assim, “será que é minha filha?”. Aí na quarta-feira eu saí normal fui lá no centro de convenções buscar umas roupas pra mim porque eu tava sem nenhuma, sem nada, aí, quando chego lá, o psicólogo vai e chega com nossa notícia pra mim, pra quê. É lá, aquele centro de convenções ficou pequeno pra mim, eu achei que... falei assim gente, aí meu Deus vai me levar junto com minha filha, eu não tô aguentando mais. É uma dor que só a pessoa, tipo assim, que passou e perdeu que sabe entender a gente, sabe. (Pâmela

Aparecida, nome fictício).

O que o testemunho do trauma pode nos dizer sobre a história desses *desterrados*? Pâmela atravessou uma experiência radical, escapou da morte enquanto seus familiares morreram sufocados pela lama. Ela é desafiada a verbalizar sua história, percebendo e desafiando os limites emocionais e subjetivos de sua própria narrativa. Seu testemunho, como geralmente são todos os testemunhos, é composto por uma teia de dois elementos, o que se quer racional e objetivo, e o que de viés mais emocional. A cultura e os *lugares de memória* criados pelos próprios moradores e acessíveis no *YouTube*, mostram-nos como a cultura precisa ainda criar espaços que permitam que os traumas da sociedade e a violência que a constitui sejam processados.

Como uma sobrevivente que escapou da morte, mas perdeu tudo, a narrativa de Pâmela deve servir não só para que elabore e supere o trauma passado, mas também para que seu testemunho sirva para toda a comunidade como fórmula política. Para que a repetição mimética descontrolada dessa violência não ocorra mais. Embora saibamos que a catástrofe tenha se repetido em outro lugar, Brumadinho, de maneira até mais terrível. A violência do capitalismo tende a se propagar tanto na representação individual e coletiva, quanto na própria realidade. O testemunho, a lembrança, serve à humanidade para que essa violência não se repita. Isso é fato desde, pelo menos, o Tribunal de Nuremberg. Segundo Márcio Seligmann-Silva,

O testemunho, que se expressa na literatura, no cinema, no jornal, nos blogs, em vídeos, obras de arte e fotos, e, de modo mais burocratizado e formalista, mesmo nas salas de tribunal, deve ser reconhecido como imperativo de nossa era, uma espécie de imperativo de luta em prol dos direitos humanos encarados de forma crítica, ou seja, como exercício constante de rememoração da injustiça sofrida e como construção de uma cultura de memória que nos ajude a barrar a repetição mimética da violência. O testemunho autêntico não é mera repetição do passado, mas sim construção do presente, reconstrução simbólica do mal sofrido e preparação angustiosa (*Angstbereitschft*) contra a sua potencial volta. (Seligmann-Silva, 2012).

Falamos de Nuremberg, porque nunca na história ocorrera uma necessidade tão avassaladora de testemunhar. Mas o que esses testemunhos postados na *web* mostram sobre o trauma e sobre a justiça? Estaremos mesmo no fim da era do humanismo? Como selecionar lembranças na *internet* que reproduz a nossa estrutura mnemônica, já descrita por Aristóteles (1957) como uma mistura entre memória no sentido de arquivo e simples reminiscência. Como lidar com tanta

memória e, ao mesmo tempo, com a possibilidade de os arquivos serem deletados, jogados no rio Lete,³ como essas mesmas pessoas que narram estão sendo deletadas no *rio da web*?

São várias as memórias. Ademais, o contraponto e a própria condição de existência da memória é o esquecimento. A memória é seletiva. Só lembramos, porque esquecemos. Não é preciso voltar ao conto de Jorge Luís Borges, “Funés, o memorioso” (Borges, 2007) para compreender esse movimento dialético. O arquivo é o indício de uma falta. Um recorte. Demonstração dos silêncios, esquecimentos, recalques. É o que Derrida chamou de “mal de arquivo” (2001). No nosso caso, o esquecimento é uma amnésia provocada por uma catástrofe, um crime ambiental. Esses testemunhos, como o de Pâmela, são mais do que uma narrativa e elaboração de um trauma, são uma prática política. Os relatos são, como diria Walter Benjamin (1996), uma tentativa de “escovar a história a contrapelo”, abrindo espaço, nesse imenso rio Lete, aqui a *web*, para que os “deletados” sejam relembrados, “re-coletados” (em inglês *re-collect*).

As ruínas, o patrimônio e o fim dos vínculos com o lugar

O que eu queria no mundo hoje... hoje não tem um futebol aqui, hoje não tem
uma missa aqui.
(Antônio Geraldo, nome fictício).

Igual o povoado aqui mesmo, nunca vai ter sossego, coitado deles, nunca.
(Rodolfo Celestino, nome fictício).

A outra cidade atingida logo após o rompimento, Paracatu de Baixo, não foi totalmente destruída como Bento Rodrigues. Passou a ser uma cidade constituída por um território fracionado: o território do desastre e a parte que *sobrou* da lama. A parte que não foi destruída acabou por ser atingida pela *lama invisível*, que transformou a cidade em um lugar onde a vida parou, soterrada pelo medo e pela incompreensão do desastre. Porém, nas redes sociais, parece que o desastre foi apenas em Mariana. Ninguém fala de Bento Rodrigues, nem de Paracatu de Baixo. Começa assim uma disputa entre moradores da região, “Paracatu hoje não fala não, só fala Mariana, o quê que Mariana foi atingida?”, reclama o senhor Antônio Geraldo, morador de Paracatu de Baixo. Embora distritos de Mariana

3 Na Grécia Antiga, *Lete* ou *Léthê* (em grego antigo λήθη; [ˈlɛːtʰɛː], grego moderno: [ˈliθi]) teralmente significa *esquecimento*. Seu oposto é a palavra grega para *verdade* – *Aletheia*. Na mitologia grega, *Lete* é um dos rios do *Hades* (nosso inferno, mundo inferior, abaixo da terra. Aqueles que bebessem de sua água ou, até mesmo, tocassem na sua água, experimentariam o completo esquecimento).

no papel, esses locais são distinguidos de Mariana de maneira importante por seus moradores: o desastre foi em Bento Rodrigues, afinal, não atingiu *Mariana-Sede*. Os atingidos foram os moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, soterrados por outra *lama*...

A falta do cotidiano, do lugar do lazer e das brincadeiras, de ir à escola, trabalhar, foi substituído por reuniões, visitas de grupos da empresa, assessorias técnicas, Ministério e Defensoria Públicos, pesquisas acadêmicas, imprensa, toda uma agitação e uma intervenção que tomou a vida do lugar e o transformou em “território de atingidos”. A partir daí, a vida dessas comunidades se tornou uma competição entre quem é totalmente atingido, meio atingido e atingido indiretamente. Começa, então, uma precificação de danos que nunca cessa, tornando-se objeto de disputa entre todas as instituições envolvidas.

No jornal *A Sirene*, em novembro de 2018, Maria Geralda, uma das pessoas que tiveram sua casa destruída, relata o que sua vida se tornou quando perdeu seu lugar:

Nesses três anos, a vida já não é mais a mesma que antes. Estamos vivendo na esperança que as empresas façam alguma coisa, mas, até agora, nada. Tudo está do mesmo jeito. Temos muitas reuniões, nada é decidido, e nem sabemos quando vai ser. Vivemos em um lugar que não é nosso. Tivemos que vir pra cidade, viver de aluguel, de cartão. Essa não é a nossa vida. Eu cuidava da minha casa, vivia tranquila, cuidava das minhas plantas. Agora, acabou a nossa liberdade. (Maria Geralda, nome fictício, 2018).

A forma social das coisas, o espaço social, correspondem a determinados momentos históricos gerais com particularidades na produção do espaço em cada lugar. A particularidade social desses espaços é o impacto da destruição da lama na vida de cada uma dessas comunidades. O rompimento da barragem de Fundão nos mostra que, para além das normatizações do urbano, não há nada estabilizado ou garantido para sempre, a não ser os conflitos e negociações em torno da forma social do espaço.

Se toda memória é construção social e espaço-temporal, aqui acompanhamos as mudanças cotidianas que vão impactando os laços sociais e mostrando que os danos e as perdas vão além de determinadas materialidades. Para a população que perde suas casas e lugares na cidade, a perda maior é a da liberdade. Essa perda está diretamente relacionada à forma como se dão a reparação e a compensação dos danos causados: remoção e alocação em outra cidade, outras formas de renda, outras relações e interações espaço-temporais com o lugar imposto para ser habitado.

O passado aqui incide sobre o presente e nos mostra como o espaço “*es fruto de la interacción de los sujetos sociales, entonces se puede aseverar que la dinámica*

espacial es resultado de la interrelación de corporalidades.” (Pineda, 2017). Segundo Huffschmid (2010), a corporalidade é um território, portanto, um terreno de “*inscripción del tiempo y de la experiencia*” (Pineda, 2017, p. 18). A memória de um passado onde a casa era o seu lugar, a vida era paga com seu dinheiro, o território era um povoado vem marcada pelo presente da falta de liberdade, do corpo que não transita pelos lugares cotidianos, das relações que são outras, mais urbanas e distantes.

A vida das pessoas em território da mineração agora está marcada pela possibilidade do desastre, do rompimento, da destruição. Kaé, de Bento Rodrigues, no mesmo jornal *A Sirene*, afirma: Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. Minha liberdade... Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca mais será o mesmo. Fica sem rumo. (Kaé, nome fictício).

Em julho de 2017, o número da revista *A Sirene* traz os depoimentos dos moradores de Bento Rodrigues que participaram da missa de São Bento, padroeira de Mariana; dela “fomos para o nosso chão [...] realizamos a missa nas ruínas da capela”. A memória traz, para as ruínas, a lembrança do chão que foi tomado pela lama. A memória é um campo aberto, um campo em disputa, suas materialidades geralmente são monumentos, edificações, ruas, praças, marcas que gravam o espaço urbano. Contudo, nesses lugares destruídos pela lama, a comunidade volta às ruínas para sempre lembrar o descaso que acabou por lhes tomar a vida.

Os paradigmas de tempo, de lugar e da memória que ligavam os membros das comunidades a seus territórios mudaram drasticamente após o desastre natural e a tragédia dele decorrente. Muitas dessas pessoas hoje estão em “não-lugares” (Augé, 1994) e experimentam uma sensação de “não-tempo”, porque suas paisagens cotidianas se converteram em cenários onde elas são atores coadjuvantes, que andam abandonadas por lugares que não são conhecidos.

Bento Rodrigues é a primeira localidade de Minas Gerais a pedir o tombamento municipal de ruínas, nas discussões entre os habitantes do lugar, a preocupação com relação a deixar um “exemplo para o futuro a fim de se evitar que novas vidas humanas sejam ceifadas em decorrência de atividades minerárias desenvolvidas à margem da responsabilidade que espera de quem exerce atividade de risco”.⁴

Carlos Fortuna, ao discutir o modo como as pessoas se relacionam com o tempo, com as marcas do passado e com o espaço com o qual interagem, aciona Simmel para nos dizer que as ruínas são principalmente um sinal do conflito “entre a natureza e o espírito. Nela se plasma a ‘vingança’ da primeira face à violação que lhe infligira o segundo.” (Fortuna, 199). Fortuna cita Simmel como forma de assinalar que algumas ruínas são sinais da “decadência política e da incúria

4 Ata da Reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana, 2016.

dos indivíduos”, são exemplos, não da destruição do tempo, mas de uma cultura arruinada. O formato de extração minerária em Minas Gerais causou uma tragédia anunciada, o rompimento de uma barragem desativada que o descuido dos responsáveis deixou derramar toneladas de lama em muitos povoados, que se espalhou pelo rio Doce.

O Jornal *A Sirene* surge de um movimento para que não fosse esquecido o tamanho da tragédia que a mineração pode causar, porém, pouco mais de três anos depois, outra barragem se rompe em Minas Gerais. Brumadinho é a outra cidade vítima da tragédia da lama e, mais uma vez, a sirene não tocou. Como chama a atenção Carlos Fortuna (1995), “quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado....”.

Considerações Finais

Enquanto nós ficamos com esses grupos divididos, é grupo que fecha Samarco, é grupo que quer que abra a Samarco, então a gente precisa de lutar, e nós, unidos somos capazes de fazer alguma coisa acontecer. (Anônimo, *Um Minuto de Sirene*, 2016).

A disputa das cidades em torno da Samarco faz com que os moradores das áreas atingidas sejam estigmatizados pelos de Mariana. Moradores de Bento e Paracatu são acusados de causar um desastre econômico para Mariana com a suspensão das atividades da Samarco. Inúmeras cidades mineiras vivem economicamente atreladas às mineradoras. A suspensão do funcionamento da empresa na região causa um impacto econômico sem precedentes na população e na gestão da cidade.

O tempo da perda, do trauma é violentamente atravessado pelo tempo que deve ser produtivo, útil, rentável. Os ritmos dos mundos apartados, dos modos de vida conflitam em torno de temporalidades diversas. Em Mariana, a população não tem tempo de esperar a reparação do trauma dos refugiados do desastre em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, o tempo da produção do minério é rápido e apaga as relações sociais. O espaço social inscreve os vínculos e as práticas no território que, mesmo destruído pela lama, permanece em circulação através da memória dos ex-habitantes das cidades atingidas.

Assim, combinam-se, em Mariana, as temporalidades dos que lá estão provisoriamente e dos habitantes locais. Os refugiados do desastre são os homens lentos que, segundo Milton Santos (1996), são os homens comuns, pobres, do lugar, que produzem solidariedades que desafiam a “perversidade difundida pelos

tempos rápidos da competitividade”. Por isso, Agacinski vai dizer que “dar o tempo, gasta-lo ou perdê-lo, deixá-lo passar, são as únicas maneiras de resistir hoje, a economia geral do tempo.”. (2009, p. 16)

Contar e recontar as histórias os faz entender os sentidos dos acontecimentos desde aquele minuto em que a sirene não tocou, e a lama soterrou seus lugares de viver. Outros Definiram que deveriam *gastar* seu tempo para constituir arquivos de memória como forma de guardar o tempo que foi perdido, mas que os traz para o presente, agora ligados a um passado outro. Este, constantemente reconstroem nas ruínas dos lugares que habitaram. O tempo de longa duração constituído pelas relações entre a mineração, o Estado e as populações locais disputa o território com o tempo veloz do desastre e dos refugos das cidades e dos lugares atingidos.

À violência da lama, soma-se a violência da recusa, das tentativas de banimento, das necessidades que os habitantes de Mariana tem de apagar a memória do desastre para que a Samarco volte a funcionar. A necessidade de acionar símbolos e vínculos passados, dos sobreviventes, não reconstitui o lugar nem o tempo, porém procura *religar* a comunidade agora esparsa a um território que não os reconhece.

Referências

AGACINSKI, Sylviane. *El Pasaje: tiempo, modernidad y nostalgia*. Buenos Aires: la marca Editora, 2009.

ARISTÓTELES. On memory and recollection. *On the Soul, Parva Naturalia, on Breath*. Londres: Harvard UP, 1957.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. In: TIEDEMANN, Rolf; SCHWEP-PENHÄUSER, Hermann (Org.). *Kleine Prosa. Baudelaire-Übertragungen Frankfurt a. M.: Subrkamp*, v. 4, 1972.

BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DE CICCO, Juan. You tube: el archive audiovisual de la memoria colectiva. *Ciencia y Tecnología*, Buenos Aires, n.8, p. 29-36, 2008. Disponível em: <<http://www.palermo.edu/ingenieria/downloads/pdfwebc&t8/8CyT06.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FORTUNA, Carlos. Por entre as Ruínas da Cidade: o Patrimônio e a Memória na Construção das Identidades Sociais. *Oficina do CES*, n. 61, set. 1995.

HUFFSCHMID, Anne. ¿De quién es la memoria? Tensiones, preguntas, conflictos. Notas de un diálogo. In: Peter et al (Org.). *Memorias urbanas en diálogo: Berlín y Buenos Aires*. Buenos Aires: Buenos Libros Editorial/Heinrich Böll Stiftung, 2010.

_____; DURÁN, Valeria. (Org.). *Topografías Conflictivas: memorias, espacios y ciudades en disputa*. Buenos Aires, Trilce, 2012.

PINEDA, Edith Kuri. La Construcción Social de la Memoria en el Espacio - Una Aproximación Sociológica. *Península*, Mérida, v. 12, n.1, jan./jun. 2017.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço tempo, globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Direito pós-fáustico: por um novo tribunal como espaço de rememoração e elaboração dos traumas sociais. In: FICO, Carlos. ARAUJO, Maria Paula. & GRIN, Monica. (Org.). *Violência na história*. Memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

Resumo: Este artigo procura realizar uma reflexão preliminar sobre os caminhos da memória diante da catástrofe ambiental ocorrida nos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima, localizados no município de Mariana (MG) em novembro de 2015. A partir da experiência traumática do desastre, da destruição dos vilarejos, cobertos de lama tóxica, como se dá a construção social do espaço e do tempo pela população? A forma de luta principal dos moradores das cidades atingidas são *ações de memória*, como chamam textos, vídeos, jornal, perfis e *sites* na *internet*. Representam uma forma de *fala* (expressão, comunicação) aos que não sofreram o trauma. Assim como, uma forma de habilitar uma esfera pública onde podem incorporar suas narrativas silenciadas pela ação da empresa responsável, que não reconhece a maioria dos sobreviventes como atingida pelo desastre.

Palavras-chave: Trauma. Desastre ambiental. Minas de Minas Gerais. Memória de cidades. História Urbana.

The siren that doesn't sound: memories about ruins and the eviction of a mining town

Abstract: This paper seeks to make a preliminary reflection on the memory paths originated from facing the environmental catastrophe occurred in the districts of Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo and Paracatu de Cima, located in Mariana, Minas Gerais, in November 2015. Through the traumatic experience of the disaster, the destruction of the villages, covered with toxic mud, how the citizens socially construct space and time? The main form of struggle of the affected cities' residents is the *acts of memory*, as they call them: texts, videos, newspapers, profiles and websites, which represent a way of speech (expression, communication) to those who did not suffer the trauma. As well as a form to reach the public sphere, so they can incorporate their narratives silenced by the action of the company responsible which does not recognize most of these citizens as victims of the disaster.

Keywords: Trauma. Environmental disaster. Minas Gerais' mines. Memory of cities. Urban History.

Recebido em 20/08/19

Aprovado em 29/11/19